

Walden Two: Uma sociedade utópica não aversiva?*

Walden Two: A non-aversive utopian society?

Tatiana Evandro Monteiro Martins ✉
Marcus Bentes de Carvalho Neto
Universidade Federal do Pará

Paulo César Morales Mayer
Universidade Federal do Pará/Universidade do Oeste do Paraná

RESUMO

A ficção *Walden Two* (Skinner, 1948/1975) retrata uma sociedade cujas práticas sociais são baseadas em princípios científicos da Análise do Comportamento. A proposta envolve basicamente o uso de reforço positivo em contraste, com as sociedades reais, nas quais o controle aversivo seria um traço quase onipresente. Seria *Walden Two* de fato uma sociedade culturalmente planejada apenas em contingências de reforçamento positivo? O controle aversivo estaria ausente das relações sociais? O presente trabalho teve como objetivo geral investigar sistematicamente a presença ou não de controle aversivo no livro *Walden Two*. A obra foi examinada identificando-se os trechos que continham palavras-chave relacionadas ao controle aversivo. Observou-se que em três momentos específicos o controle aversivo é prescrito. Discute-se o uso inapropriado de *Walden Two* como um representante de uma sociedade não coercitiva assim como a necessidade de se reavaliar o papel (científico e ético) do próprio controle aversivo nas relações sociais, planejadas ou não.

Palavras-chave: *Walden Two*; *utopia*; *controle aversivo*; *Skinner*.

✉ tatimmartins@yahoo.com.br

* Trabalho parcialmente financiado pela CAPES através de bolsa de Doutorado concedida ao 1º autor.
Trabalho Financiado pelo CNPq (através do Edital Universal 14/2014, Processo No. 476839/2013-0, e de bolsa de Produtividade concedida ao 2º autor).
* Os autores agradecem os excelentes comentários, críticas e sugestões dos pareceristas anônimos.

ABSTRACT

The fiction novel Walden Two (Skinner, 1948/1975) depicts a society in which the social practices are based in the scientific principles of Behavior Analysis. It involves, basically, the use of positive reinforcement, in contrast to the real societies where aversive control is ubiquitous. Would 'Walden Two' really be a culturally planned society based strictly on positive reinforcement contingencies? The present essay is a systematic investigation of the presence or absence of aversive control in Walden Two. The novel was examined, identifying excerpts with key words related to aversive control. Three specific situations were identified, described and analyzed. We argue the inappropriate use of Walden Two as a model of non-coercive society and the need of reevaluating the role of aversive control itself in social relationships, planned or not.

Keywords: Walden Two; utopia; aversive control, Skinner.

Em 1938, B. F. Skinner (1904-1990) publica seu primeiro livro, *The Behavior of Organisms* (Skinner, 1938/1991), no qual procurou estabelecer as bases científicas da sua recém-criada ciência do comportamento. Naquele momento, Skinner não tinha como objetivo principal demonstrar como as descobertas feitas no laboratório poderiam ser aplicadas no cotidiano da sociedade.

O contexto para falar das possibilidades de aplicação dos princípios da Análise do Comportamento (AC) e de que forma tais princípios poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida para as pessoas surge no verão de 1945. Nesta época, Skinner passava por diversas mudanças de ordem pessoal (Skinner, 1948/1975; Nye, 1992). A mudança de emprego e a mudança para uma nova cidade o fizeram refletir sobre os problemas da vida. Para além da sua

vida pessoal, o mundo também passava por diversas transformações que vinham ocorrendo desde o final da Segunda Guerra Mundial em 1945. Muitas pessoas em todo o mundo encontravam-se ansiosas e esperançosas por novas oportunidades que indicassem alternativas para um novo recomeço, para uma nova sociedade longe das guerras. Segundo Nye (1992):

(...) estes tipos de considerações (mais a urgência de um de seus amigos que se interessava no tipo de comunidade que Skinner sugeriria como forma de vida para os soldados vindos da 2ª Guerra Mundial) o fizeram escrever *Walden Two*¹, uma sociedade fictícia na qual muitos problemas do dia-a-dia eram resolvidos de formas não tradicionais (p. 8).

¹ *Walden Two* (Skinner, 1948/1975) foi escrito no verão de 1945, sendo publicado somente em 1948, pois Skinner teve dificuldades em encontrar editores interessados em publicar a obra. Nye (1992) sugere que *Walden Two* foi escrito em sete semanas e que para Skinner foi uma espécie de terapia escrevê-lo.

Para Skinner (1948/1975), as transformações no cenário mundial, tão esperadas, só poderiam ocorrer se houvesse mudanças no comportamento humano. Skinner acreditava que os problemas sociais não dependiam tanto da ação política ou regulamentações governamentais, mas sim da aplicação de uso de uma tecnologia comportamental (Nye, 1992): “Não necessitamos de um novo líder político ou de um novo tipo de governo, mas de um maior conhecimento sobre o comportamento humano, e de novas maneiras de aplicar esse conhecimento no delineamento de práticas culturais” (Skinner, 1948/1975, p. XVIII). *Walden Two* foi escrito considerando tal aspecto. Skinner foi além de uma obra literária, classificada frequentemente como uma utopia (ou, para alguns, uma distopia)¹. Ele demonstrou como a aplicação dos princípios da até então recente AC poderiam ser empregados por intermédio do método experimental para a construção de uma nova sociedade², de um estilo de vida diferente (Baum, 1994/1999; Carvalho Neto, 2002; Nico, 2001). *Walden Two* era a possibilidade de demonstração clara de como a intervenção da nova ciência do comportamento poderia ocorrer para o planejamento cultural, de como o uso dos princípios comportamentais já comprovados cientificamente poderiam contribuir para a solução de problemas sociais. A ideia skinneriana de sociedade experimental é descrita em *Walden Two*, onde rotineiramente as práticas comportamentais eram aplicadas, testadas e selecionadas (Baum, 1994/1999).

Skinner é apresentado frequentemente como um crítico sistemático do uso do controle aversivo³ (Balsam & Bondy, 1983; Crosbie, 1998; Delprato, 1995; Dinsmoor, 1992; Hineline, 1984; Jacovozzi, 2009; Johnston, 1985; Maurer, 1974; Mazzo, 2007; Mulick, 1990; Newman, 1993; Newsom & Kroeger, 2005; Silva, 2003; Skiba & Deno, 1991; Todorov, 2001; Van Houten, 1983). De fato, com frequência, Skinner (1953/1989, 1968/1972, 1971, por exemplo) apresenta o controle aversivo como a origem dos principais problemas sociais, seja na educação, na economia e nas relações humanas em geral, pois, para o autor, este tipo de controle comportamental é considerado ineficaz em função da transitoriedade de seus efeitos e pela produção de subprodutos indesejáveis. Em 1979, Skinner ao receber um prêmio no Japão escreve um discurso (publicado em 1990) chamado “The Non-Punitive Society” (Uma Sociedade Não Punitiva). Nele, ao fazer um diagnóstico dos principais problemas do mundo naquele momento, afirma: “Não podemos resolver estes problemas através de quaisquer meios aversivos (Skinner, 1990, p. 106)⁴.

Além de Skinner, na AC, é possível encontrar autores como Guedes (2011), Epstein (1985) e Sidman (1989/2009), por exemplo, que também apresentam um posicionamento contrário à aplicação de contingências aversivas. Sidman (1989/2009) notoriamente apresenta tal posicionamento quanto ao uso de contingências coercitivas (englobando as aversivas) como forma de controle comportamental. Em 1989,

1 Segundo Newman (1993), diversos críticos consideram *Walden Two* como uma distopia, devido à presença do determinismo comportamental como base do planejamento social e político dessa comunidade. Quanto à classificação de *Walden Two* como sendo uma utopia ou distopia, ver Newman (1993) e Baum (1994/1999).

2 Para maiores informações sobre a aplicação do método experimental e princípios comportamentais, ver: Andery (2010), Catania (1998/1999), Carvalho Neto (2002), Skinner (1969/1980) e Tourinho (2003).

3 Para uma introdução ao tema, ver Martins, Carvalho Neto e Mayer (2013).

4 “We cannot solve these problems through any aversive means.” (Skinner, 1990, p. 106).

o autor publicou o livro *Coerção e Suas Implicações*. Por coerção entende-se a aplicação de punição ou ameaça de punição para que os indivíduos ajam de determinada forma, assim como, a prática de reforçá-los por escapar de punições, ameaças ou dos efeitos da privação socialmente imposta (Sidman, 1989/2009). Durante toda a leitura do livro, é possível identificar argumentos contra a aplicação de métodos coercitivos, como: a) efeitos supressivos passageiros; b) desengajamento pessoal; c) isolamento social; d) neuroses; e e) contracontrole. Sidman (1989/2009) desconsidera a coerção como uma opção de controle comportamental: “(...) punir ou não punir deixa de ser um problema genuíno. A resposta clara é não” (p. 21). Para Sidman (1989/2009), os profissionais que consideram o uso de coerção como uma opção de escolha o fazem por não terem buscado investigar outras alternativas possíveis. De acordo com o autor, existem diversas possibilidades efetivas para o controle comportamental, em especial o uso do reforçamento positivo. “Uma contribuição única têm sido as incontáveis demonstrações, dentro e fora do laboratório, de como usar efetivamente o reforçamento positivo” (Sidman, 1989/2009, p. 22). Para Sidman (1989/2009), o reforçamento positivo e não o uso de coerção seria a marca da AC.

Assim como Sidman (1989/2009), Epstein (1985) afirma que: “Quando o reforço e a punição estão disponíveis para o tratamento de comportamentos inadequados, o reforço deve ser o tratamento de escolha, por questões éticas” (p. 77). Guedes (2011) defende que o uso de controle aversivo também não deve ser utilizado na clínica: “Na clínica, se reconhecemos os problemas como frutos de relações comportamentais aversivas, não faz sentido propô-las, elas não só não resolverão os problemas, mas criarão outros também” (p. 68).

Observa-se, então, que tanto para Skinner (Skinner, 1948/1975, Skinner, 1953/1989, Skinner, 1968/1972, Skinner, 1969/1980, Skinner, 1971, Skinner, 1974/2006, Skinner, 1989) quanto para Guedes (2011), Epstein (1985) e Sidman (1989/2009), há restrições quanto ao uso de controle aversivo. Por outro lado, há autores também dentro da AC que destacam certos aspectos indesejáveis do reforçamento positivo e/ou desejáveis do controle aversivo em certos contextos (Azrin & Holz, 1966/1975; Cipani, 2004; Critchfield, 2014; Himeline, 1984; Lerman & Vorndran, 2002; Mazzo & Gongora, 2007; Newsom, Favell, & Rincover, 1983; Newsom & Kroeger, 2005; Perone, 2003; Todorov, 2001). Para Himeline (1984), por exemplo: “(...) a punição é um fator frequente nas interações humanas, e em algumas circunstâncias os procedimentos de punição podem até mesmo ser a base mais eficaz para humanidade alcançar o bem” (p. 496). Newsom, Favell e Rincover (1983), a partir de diferentes estudos aplicados sobre punição, destacam que, para além da supressão de comportamentos inadequados o uso de punição pode promover, por exemplo: a) aumento do comportamento social; b) expressividade emocional; c) facilitação da aprendizagem discriminativa e imitação; d) aumento de interações sociais apropriadas; e e) de contato visual e atenção ao ambiente; na ausência de procedimentos explícitos para o treino destes comportamentos.

Mas em uma sociedade projetada pelo próprio Skinner, como *Walden Two*, haveria ou não algum espaço para o uso de controle aversivo? *Walden Two* seria, nas suas palavras, uma “sociedade não punitiva”?

Caracterização da obra

O livro descreve a visita a uma comunidade rural imaginária, chamada *Walden Two*, de um grupo formado por dois professores universitários (Burriss e

Castle) e dois jovens (Rogers e Steve Jamnik) veteranos da Segunda Guerra Mundial com as suas respectivas namoradas (Bárbara Macklin e Mary Grove). Tal comunidade foi criada e organizada por Frazier, o personagem central do livro. A proposta de visitar a comunidade surge com a volta de Rogers e Steve da guerra e da insatisfação pessoal que os dois sentiram com a forma com que a humanidade se organizava naquele momento: guerras, o consumismo em elevado nível, desigualdade social e a degradação ambiental. Os dois jovens ansiavam por alternativas a este padrão de vida. Rogers recordava-se de uma das aulas que assistiu do Professor Burris na época em que cursava Direito. Nessa aula, o professor havia feito menção às ideias de um colega seu da época de faculdade, Frazier, que tinha como ideal o desenvolvimento de uma comunidade cujos princípios fossem baseados em uma “engenharia comportamental”.

A obra *Walden Two* é escrita então a partir dos diálogos estabelecidos entre os personagens, nos quais diversos questionamentos são feitos por esse grupo de visitantes, ao criador da comunidade, sobre o funcionamento e desenvolvimento desta. É através desses diálogos que Skinner apresenta suas ideias sobre a aplicação dos princípios da AC para o planejamento cultural.

Segundo Baum (1994/1999), uma forma de ler o livro é como se houvesse uma disputa entre Frazier e Castle para conquistar adesão de Burris ao sistema vigente em *Walden Two*. Conforme a análise de Baum (1994/1999), Castle seria a representação do mentalismo; Frazier seria o defensor do uso de uma tecnologia comportamental para o planejamento social; e Burris seria o personagem que está aberto a ouvir as ideias das duas abordagens: “Pode-se dizer

que nenhum dos três representa Skinner, embora possamos imaginar que as discussões que acontecem entre eles, especialmente entre Frazier e Burris, poderiam se assemelhar as discussões de Skinner consigo próprio” (Baum, 1994/1999, p. 275).

O Funcionamento da comunidade Walden Two *Walden Two* caracteriza-se como sendo uma comunidade rural com cerca de mil habitantes, localizada no meio-oeste americano, cujas práticas culturais foram planejadas, construídas e selecionadas com base em uma tecnologia comportamental (Altus & Morris, 2009; Baum, 1994/1999; Skinner, 1948/1975; Skinner, 1969/1980). Em *Walden Two*, as pessoas vivem do que é produzido na própria comunidade, trabalham apenas algumas horas por dia sem serem obrigadas e todos os serviços disponíveis são gratuitos. Economicamente, não há necessidade de dinheiro, pois, o trabalho realizado pelas pessoas gera créditos-trabalho. O valor de cada crédito-trabalho depende do tipo de tarefa realizada (créditos com um alto valor para as tarefas desagradáveis e créditos com baixo valor para tarefas agradáveis). O sistema de créditos avalia o trabalho executado em termos do desejo dos membros em executá-lo (Skinner, 1948/1975). Quando há uma maior preferência por um determinado tipo de atividade, o valor dos créditos-trabalho é alterado.

Quanto à organização política, em *Walden Two* não há um governo em que o poder de um membro se sobrepõe aos outros membros, mas sim uma espécie de comissão organizadora (a Junta de Planejadores) formada por seis planejadores que podem ocupar o cargo pelo período máximo de 10 anos. A Junta de Planejadores tem como função manter o sucesso da comunidade, é responsável pela política e revisão do trabalho dos administradores. Os administradores normalmen-

te são especialistas de cada divisão de serviços de *Walden Two*, como: alimentação, saúde, jogos, artes, odontologia, leiteria, indústrias variadas, abastecimento, trabalho, escola-creche, educação, entre outros. É através de nomes indicados pelos administradores que as substituições na Junta de Planejadores são feitas. Sendo assim, não há eleições, os membros da comunidade não votam (Skinner, 1948/1975). As pessoas se pronunciam através de pesquisas de opinião. Os resultados oriundos dessas pesquisas é que indicam a manutenção ou a mudança das práticas já implantadas (Baum, 1994/1999).

Os moradores de todas as idades têm acesso à educação e ao lazer, tanto como todos trabalham para a manutenção e desenvolvimento da comunidade sem diferença de gênero. As crianças são cuidadas por especialistas até certa idade e são ensinadas a buscarem autonomia intelectual, definindo o que querem estudar, apenas contando com a orientação eventual dos professores (Para maiores detalhes, ver Baum, 1994/1999; Nico, 2001; Skinner 1969/1980).

De modo geral, as pessoas que vivem em *Walden Two* usufruem de bons serviços médicos, acesso à comida de qualidade, o lazer está disponível em diversas formas (arte, música e literatura) e a pesquisa científica é incentivada (Skinner, 1969/1980). Para Baum (1994/1999), as pessoas em *Walden Two* parecem estar contentes e as interações sociais são diretas e carinhosas. Portanto, tal contexto contribui assim, nas diversas esferas: econômica, política e social para o que se pode nomear de “boa vida” (Skinner, 1969/1980; Baum, 1994/1999).

Walden Two e a presença de controle aversivo

Walden Two é uma sociedade na qual, em tese, todos deveriam gostar de viver. Uma sociedade

planejada culturalmente visando à sobrevivência da cultura e o bem-estar dos seus membros. Um planejador cultural através da experimentação e avaliação é capaz de identificar quais práticas devem ser implementadas, mas como verificar se tais práticas funcionam? De acordo com Baum (1994/1999), “a resposta mais comum é expressa em termos de felicidade. O que funciona é o que torna as pessoas felizes” (p. 274).

Baum (1994/1999) afirma que as pessoas relatam maior felicidade quando estão livres de relações coercitivas, quando as alternativas disponíveis no ambiente têm consequências reforçadoras ao invés de aversivas. Segundo Skinner (1969/1980, p. 205): “Se pedirmos a alguém que descreva o mundo no qual gostaria de viver, a resposta provavelmente começará com uma lista dos reforços que ele gostaria de ali encontrar”, ou seja, entende-se que as práticas estabelecidas deveriam ter como base contingências envolvendo reforço positivo e não contingências pertencentes ao controle aversivo. Gostamos de um mundo no qual os reforçadores sociais e naturais estejam presentes em abundância e no qual os estímulos aversivos sejam raros (Skinner, 1969/1980). *Walden Two* é o retrato dessa sociedade. Altus e Morris (2009) comentam que *Walden Two* se refere a um conjunto de práticas para eliminar o controle aversivo, pois, para Skinner (1953/1989), tal controle produziria subprodutos emocionais destrutivos.

Portanto, deduz-se que em *Walden Two* as práticas culturais presentes envolveriam basicamente o uso de reforço positivo, contrastando com as sociedades reais, nas quais o controle aversivo seria um traço quase onipresente. Contudo, seria *Walden Two* realmente um exemplo de uma sociedade culturalmente planejada exclusivamente com contingências de

reforçamento positivo? O controle aversivo estaria ausente das relações sociais descritas por Skinner em seu livro? O presente trabalho teve como objetivo geral investigar sistematicamente a presença ou não de controle aversivo no livro *Walden Two*. Os objetivos específicos foram: a) identificar se haveria referência ou não ao uso de controle aversivo nas relações sociais planejadas; b) em havendo tais referências, descrever em quais contextos esse uso estaria presente; e c) identificar quais seriam os tipos de contingências aversivas utilizadas.

MÉTODO

Em linhas gerais, foi utilizado mesmo método usado por Martins, Carvalho Neto e Mayer (2013). Foram realizadas as seguintes etapas:

- 1) Leitura, identificação de palavras-chave e seleção de trechos:

Em um primeiro momento, foi feita a leitura na íntegra da obra *Walden Two*, na qual se buscou identificar a presença das palavras-chave: controle aversivo, coerção, punição (positiva e negativa), reforçamento negativo, estímulo aversivo e extinção. Em um segundo momento, após ter sido feita a leitura na íntegra da obra, uma segunda leitura foi realizada para identificação de trechos nos quais não continham as palavras-chave, mas onde fosse possível detectar a presença de contingências aversivas nas relações estabelecidas em *Walden Two*.

- 2) Análise dos trechos selecionados:

A cada palavra-chave encontrada, o trecho correspondente era transcrito na íntegra e organizado em planilhas. Por trecho, entende-se a seleção de partes da obra nas quais se poderia ter

uma ou mais palavras-chave, mas que deveriam envolver todo o contexto no qual tais palavras estavam inseridas. Portanto, os trechos poderiam ser desde um parágrafo até mesmo mais de uma página. Na ausência de palavras-chave específicas, mas com trechos contendo relações aversivas, procedeu-se da mesma maneira com a seleção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados no livro três momentos nos quais a aplicação de contingências aversivas foi realizada: 1) o controle do rebanho através de cerca elétrica portátil; 2) o ensino do comportamento de autocontrole; e 3) a expansão territorial.

- 1) O controle do rebanho através de cerca elétrica portátil:

A primeira situação em que se pode observar o uso de contingências aversivas trata-se do procedimento utilizado para o controle do rebanho existente em *Walden Two*. Frazier, ao mostrar a comunidade de *Walden Two* para seus visitantes, explica qual o procedimento aplicado para que a grama dos pastos esteja sempre bem aparada tanto como o porquê dos carneiros permanecerem dentro de um espaço quadrado delimitado por uma espécie de corda, não havendo necessidade de cercas tradicionalmente conhecidas. Não foi utilizado um cortador de grama para obter o resultado alcançado, mas sim uma cerca elétrica portátil. Frazier explica:

Resolvemos o problema com uma cerca elétrica portátil que pode ser usada para mover o rebanho pela grama como um gigantesco cortador, porém deixando sempre livre a maior parte do gramado. À noite, as ovelhas

são levadas para o outro lado do riacho junto ao rebanho principal. Mas, logo descobrimos que as ovelhas se mantinham dentro do quadrado, sem tocar a cerca, e que não havia necessidade de eletrificá-la. Então substituímos por uma corda, que é mais fácil de transportar (Skinner, 1948/1975, p. 22).

Nesse caso, a cerca elétrica portátil possuía a função de um estímulo aversivo. Assim como, a corda funciona como um estímulo aversivo condicionado. Os animais que nasceram após a retirada da eletrificação evitam contato com a corda, mesmo nunca tendo levado um choque da cerca. “(...) a maior parte deles nasceu depois que tiramos a eletrificação. Tornou-se tradição entre nossos carneiros nunca se aproximarem da corda. As ovelhinhas adquirem isso das mais velhas, cujo julgamento nunca questionaram” (Skinner, 1948/1975, p. 22). É interessante notar que apesar da análise do contexto apresentado acima mostrar a presença de uma história particular de exposição às contingências aversivas, gerando desse modo um padrão de esquiva socialmente transmitido, não há nenhum comentário nesta parte do livro a respeito disso.

Mais adiante no livro o controle do rebanho é mencionado. No caso, o contexto se referia à fuga de um dos carneiros da cerca portátil. “Bispo [um cachorro] estava usando táticas de envolvimento para levá-lo de volta, mas o fio de demarcação parecia igualmente formidável de ambos os lados e sempre que o carneiro se aproximava da cerca, se desviava numa nova fuga” (Skinner, 1948/1975, p. 297). Nessa situação, Frazier pontua enfaticamente como o uso de punição, reforçamento negativo e ameaça a dor são técnicas que não funcionam, mesmo com carneiros, pois seriam princípios primitivos de con-

trole. Ou seja, constata-se que para Frazier o controle aversivo não seria o tipo de controle comportamental empregado em *Walden Two*. Observa-se novamente que a presença do controle aversivo não é mencionada no que se refere ao papel do Bispo. Frazier pontua: “Absolutamente não funcionaria [o fio], exceto pelo Bispo. E o Bispo não é controlado por punição” (Skinner, 1948/1975, p. 298). De fato, o comportamento do Bispo não parece controlado por ameaça de punição, explícita pelo menos, mas a sua função naquele contexto é de estímulo aversivo para o comportamento das ovelhas. Nesse caso, é estabelecida uma relação de contingência de reforçamento negativo entre o comportamento de Bispo e o comportamento das ovelhas. Posto isto, o controle aversivo apesar de criticado, neste contexto, é utilizado em *Walden Two*.

2) O ensino de comportamento de autocontrole:

Um segundo contexto no qual a presença de contingências aversivas é notada, refere-se ao ensino de comportamento de autocontrole para as crianças da comunidade de *Walden Two*. A discussão sobre este tipo de ensino começa com a visita dos personagens aos alojamentos das crianças, onde o método educacional é explicado.

As crianças são criadas em grupos e não com os seus pais, estes podem visitá-las quando quiserem desde que gozem de boa saúde. O ambiente no qual as crianças vivem são ambientes controlados (temperatura e umidade). Este é um dos motivos que explica o fato das crianças ou usarem apenas uma fralda ou ficarem sem qualquer tipo de roupa. Essa forma de criação faz com que as crianças sejam resistentes às infecções. São crianças que não choram, apenas quando estão doentes, e são bastante interes-

sadas por tudo. Quando saem do berçário inferior desconhecem totalmente a frustração, a ansiedade e o medo.

Castle questiona se as crianças estariam preparadas para as adversidades do mundo. Frazier responde que por meio de uma engenharia comportamental utilizando-se de um método experimental é possível prepará-las. “Podemos criar tolerância para a frustração introduzindo gradualmente, conforme a criança cresce e se torna bastante resistente para suportá-las” (Skinner, 1948/1975, p. 100). As adversidades são apresentadas de acordo com um arranjo experimental, e não de modo incontrolável como é normalmente feito nas sociedades reais, assim como, somente são apresentadas dificuldades nas quais a criança tenha habilidade para lidar.

O comportamento de autocontrole está inserido neste padrão. É um comportamento desenvolvido a partir de princípios comportamentais e a partir de um método experimental com o objetivo de tornar essas crianças mais bem adaptadas ao meio no qual estão inseridas. Sobre o comportamento de autocontrole, Frazier afirma:

Não se podem prever todas as circunstâncias futuras e não se pode especificar a conduta futura mais adequada. Desconhece-se o que será exigido. Ao invés disso, tem-se que estabelecer certos processos comportamentais que levarão o indivíduo a moldar o seu próprio ‘bom’ comportamento no momento propício. A isso chamamos de ‘autocontrole’. (Skinner, 1948/1975, p. 108).

Frazier, mais adiante no livro, fornece exemplos de experimentos nos quais o autocontrole é ensinado.

“Damos a cada criança um pirulito mergulhado em açúcar refinado, de modo que um único toque de língua seja detectado. Dizemos que eles poderão comê-lo mais tarde, desde que não os tenham lambido” (Skinner, 1948/1975, p. 110). Nessa condição, as crianças são orientadas a examinar o seu próprio comportamento enquanto olham o pirulito, o que as auxilia a reconhecer a necessidade de autocontrole:

(...) neste caso, temos um objetivo mais importante e não hesitamos em dar uma ajuda verbal. Antes de mais nada, as crianças são orientadas para examinar seu próprio comportamento enquanto olham o pirulito. Isso as auxilia a reconhecer a necessidade de autocontrole. Os pirulitos são então escondidos e pede-se às crianças que relatem qualquer ganho em felicidade ou qualquer redução na tensão. Então, arranja-se uma forte distração, digamos um jogo interessante. Mais tarde, as crianças são lembradas do doce e encorajadas a examinar suas reações. O valor da distração é igualmente óbvio. Bem, devo prosseguir? Quando o experimento é repetido aproximadamente um dia depois, todas as crianças correm para o seu armário e fazem exatamente o que o Sr. Castle faria (*tirar o pirulito do alcance da vista*). Uma indicação suficiente do sucesso do nosso treinamento (Skinner, 1948/1975, p. 110).

Nesta primeira etapa do experimento o objetivo principal é ensinar as crianças a tirarem o pirulito do alcance da vista. Em uma etapa mais avançada do experimento o pirulito deverá ficar pendurado no pescoço da criança como um escapulário por algumas horas, pois esconder um objeto proibido é uma solução primária, o que nem sempre será possível

(Skinner, 1948/1975). Ao ter o pirulito pendurado no pescoço, não será possível tirá-lo do alcance da vista, mas poderá ensinar as crianças a não prestarem atenção nele. Portanto, é dessa forma que as crianças aprendem a emitir respostas encobertas de autocontrole (Nico, 2001, p. 139).

Autocontrole é definido por Nico (2001) como um comportamento no qual o indivíduo altera variáveis ambientais das quais outra resposta é função. Skinner (1953/1989) explica que o comportamento de autocontrole surge em um contexto no qual o indivíduo controla parte do seu próprio comportamento quando uma resposta pode ocasionar conflitos (podendo ser reforçada ou punida). Sendo assim, de acordo com Skinner (1953/1989): “O organismo pode tornar a resposta punida menos provável alterando as variáveis das quais é função. Qualquer comportamento que consiga fazer isso será automaticamente reforçado. Denominamos autocontrole estes comportamentos” (p. 224). Autocontrole é a manipulação do ambiente pelo indivíduo que conseqüentemente modifica o seu próprio comportamento.

No autocontrole, o indivíduo torna-se sujeito e objeto de controle. De acordo com Nico (2001): “ao controlar seu próprio comportamento, o indivíduo torna-se, a um só tempo, o objeto do controle- já que um comportamento seu é controlado- e o sujeito do controle- já que é o seu comportamento que exerce controle” (p. 47). Skinner (1953/1989) explica que no autocontrole uma resposta, a controladora, afeta as variáveis de maneira a mudar a probabilidade da outra, a controlada (p. 224).

Portanto, é justamente este tipo de comportamento que as crianças de *Walden Two* são ensinadas a

emitir: aprendem a controlar parte do seu próprio comportamento por meio da alteração de variáveis ambientais das quais outra resposta seria função. Em *Walden Two* este comportamento desenvolve-se através de contingências programadas e não acidentais que são aplicadas como parte de um experimento. De acordo com Nico (2001), tais contingências utilizadas para o ensino de autocontrole em *Walden Two* são aversivas:

(...) há sim contingências aversivas na raiz do autocontrole ensinado em *Walden*- é aversivo ter que esperar para comer o pirulito- mas, a dose desta aversividade é cuidadosamente controlada. Em alguma intensidade, ela tem que existir para produzir o autocontrole como forma de diminuir a probabilidade da resposta de comer os pirulitos- as crianças apenas precisam emitir respostas controladoras porque comer pirulitos é reforçador e, portanto, adiar seu consumo é aversivo (p. 137).

O uso de contingências aversivas faz parte de um experimento de ensino, são utilizadas gradualmente e de forma controlada. O autocontrole é manipulado por professores que funcionam como comunidade verbal para as crianças e as ajudam a observar a relação entre as variáveis ambientais e a conseqüente alteração na probabilidade da resposta controlada (Nico, 2001). O ensino do autocontrole tem como objetivo fazer com que as crianças suportem as ligeiras situações aversivas a que são expostas. Só são apresentadas contingências aversivas com as quais a criança é capaz de lidar. Caso seja observado que a criança ainda não está preparada para avançar de etapa no exercício esta volta para etapa anterior. A aversividade só é suportada, pois é feita de forma controlada e gradual, permitindo com

que as crianças saibam lidar melhor com as adversidades do mundo. “É o ensino de autocontrole que torna todo esse percurso o menos aversivo possível” (Nico, 2001, p. 138).

Outra situação experimental colocada em prática para o ensino de comportamento de autocontrole observada em *Walden Two* é ilustrada por Frazier com uma situação na qual as crianças chegam em casa famintas. Porém, ao invés de tomarem um prato de sopa quente irão passar antes por um exercício de autocontrole no qual aprenderão a desenvolver a tolerância, em situações que produzem sentimentos de ciúme e inveja:

(...) devem ficar em pé durante cinco minutos diante de uma terrina fumegante de sopa. A tarefa é aceita como um problema de aritmética. Qualquer reclamação ou lamentação é uma resposta errada. Em vez disso, as crianças começam logo a se ocupar para evitar a infelicidade durante a demora. Uma delas pode fazer uma piada a respeito. Encorajamos o senso de humor como uma boa forma de não tomar o aborrecimento a sério (...). Outra poderá começar uma canção com muitos versos. As demais juntar-se-ão sem demora, pois aprenderam que é uma boa maneira de passar o tempo (...). Você não pode imaginar com que felicidade as crianças têm essa experiência. É uma frustração biológica um tanto severa, pois as crianças estão cansadas e famintas e devem permanecer em pé olhando para a comida; mas isso passa tão suavemente quanto os cinco minutos de intervalo numa peça. Consideramos isso um teste elementar. Muitos problemas mais difíceis se seguem. (...) Num estágio posterior, proibimos todos

os expedientes sociais. Nada de canções, nada de piadas- só silêncio. Cada criança é forçada a valer-se de seus próprios recursos, um passo muito importante. (...) Na ocasião de tomar a sopa, as crianças escolhem cara ou coroa. Então, a moeda é lançada e, dando cara, a criança que escolheu o sorteado, senta e come. Os que escolheram coroa permanecem de pé por outros cinco minutos (Skinner, 1948/1975, pp. 111-112).

Conforme Nico (2001), esse exercício de autocontrole, tanto quanto o primeiro descrito, também tem origem a partir de contingências aversivas. No caso, é o esperar para tomar a sopa quando se está em privação (faminto). Segundo a autora, as respostas controladoras ajudam a diminuir a força da resposta que tem alta probabilidade, mas que não pode ser emitida, pois é proibida. Nico (2001) sugere que caso uma criança emita o comportamento não adequado para o exercício (tomar a sopa) seria necessário um rearranjo nas contingências experimentais dispostas. A autora pontua que Frazier, no livro, não menciona qual seria o tipo de consequência para caso ocorresse à emissão do comportamento inadequado. Porém, supõe-se que a resposta não seria punida, simplesmente não seria reforçada.

Outro aspecto observado também, nesse exemplo, é a exposição gradual e controlada às contingências aversivas. A criança só passa para a próxima etapa após ter apresentado as respostas programadas na etapa anterior. Nas primeiras etapas as crianças emitem respostas sociais: fazem piadas e interagem umas com as outras. Segundo Nico (2001): “Com a emissão dessas respostas tem o efeito de manipular as variáveis ambientais de modo a diminuir a probabilidade da resposta de tomar a sopa, são to-

das respostas controladoras” (p. 142). Tais respostas são controladoras, pois manipulam o ambiente, de modo a diminuir a probabilidade da resposta de tomar sopa ocorrer. Numa etapa posterior e mais avançada, as respostas sociais são proibidas. Assim como, as crianças aprendem a não dirigir ressentimento às pessoas, mas sim para o objeto (a moeda) utilizado (Nico, 2001). Caso alguma falha venha a ocorrer, é necessário ser feita uma reprogramação do ensino.

Dessa forma, observa-se que o ensino do autocontrole por meio de contingências aversivas tem como objetivo tornar cada indivíduo o mais forte possível (Nico, 2001). Como pontuado por Frazier: “Nós controlamos a adversidade para construir a força (...) a fim de preparar para as adversidades que estão fora do controle” (Skinner, 1948/1975, p. 116).

3) A expansão territorial:

O terceiro contexto no qual se observa a presença de contingências aversivas refere-se à expansão territorial de *Walden Two*. Este tema foi tratado quando se mencionou a criação de *Walden VI*, a possibilidade de superpopulação e, conseqüentemente, a necessidade de mais terras. Frazier explica os meios no quais seria possível conseguir mais terras para acomodar mais integrantes:

(...) Não usamos uma grande quantidade de terra por pessoa como fazem outras áreas de agricultura, mas você está certo, podemos ter problemas. Terra de fazenda é geralmente passada de geração a geração. Os fazendeiros não gostam de vender a terra e raramente estão numa situação tão desesperada para que sejam obrigados a isso. Poderíamos ter de oferecer preços exorbitantes e isso retardaria

a nossa expansão. Até que uma carência de terra nos ameace em qualquer localidade, estaremos em posição de exercer pressão. Se comprarmos metade das fazendas que negociam numa determinada cidade, controlaremos a cidade. Os negociantes de alimentos, as lojas de ferramentas e os vendedores de maquinaria agrícola dependem de nós. Podemos pô-los fora do negócio ou controlá-los através do nosso comércio. Os verdadeiros valores das propriedades na cidade podem ser manipulados à vontade e a cidade em si, gradualmente, apagada. Podemos sempre usar tijolos de segunda mão de madeira. Podemos tornar a área não muito confortável para os donos de terra que não cooperarem por terem perdido seus canais de suprimento e distribuição. A longo prazo, qualquer aumento no valor da terra para nós significará um decréscimo no valor dos outros. É um caso muito diferente da real valorização usual das propriedades. Não devemos nos preocupar com os poucos proprietários obstinados. Não precisamos de toda a terra (Skinner, 1948/1975, p. 230).

Neste trecho, é possível verificar qual tática é utilizada para conseguir mais terras para a expansão de *Walden Two*. Observa-se que caso não houvesse a colaboração dos moradores vizinhos para facilitar a venda de suas propriedades seria necessário o uso de coerção (Sidman, 1989/2009). Ao utilizar de coerção, dois tipos de contingências aversivas estão em vigor: a possibilidade de punição positiva e o reforçamento negativo. A contingência de punição é observada quando se refere à ameaça de exercer pressão, seja pela ameaça de apresentação de estímulos aversivos ou pela retirada de estímulos reforçadores positivos contingente a certas respostas. Os

moradores vizinhos teriam sua realidade alterada para um ambiente desconfortável a tal ponto que provavelmente a única alternativa seria a venda de suas terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Skinner seja frequentemente apontado na literatura analítico-comportamental como um defensor do uso exclusivo de reforçamento positivo (Perone, 2003; Newman, 1993), eliminando do arsenal da AC quaisquer práticas envolvendo controle aversivo (Balsam & Bondy, 1983; Crosbie, 1998; Delprato, 1995; Dinsmoor, 1992; Hineline, 1984; Jacovozzi, 2009; Johnston, 1985; Maurer, 1974; Mazzo, 2007; Mulick, 1990; Newsom & Kroeger, 2005; Silva, 2003; Skiba & Deno, 1991; Todorov, 2001; Van Houten, 1983), ao escrever sobre uma sociedade culturalmente planejada com base em princípios comportamentais, Skinner (1948/1975) faz uso de contingências aversivas em três momentos: 1) ao explicar o controle do rebanho através de cerca elétrica portátil; 2) ao explicar o ensino do comportamento de autocontrole; e 3) ao explicar a expansão territorial. Observa-se que nesses três contextos nos quais há o uso de controle aversivo, não é feita referência a esse uso. No contexto do controle do rebanho, pelo contrário, comenta-se como o uso de controle aversivo é ineficaz, indesejável e primitivo. A presença de contingências aversivas foi identificada na obra *Walden Two* não pela sua menção direta, mas pela análise do contexto nas quais estas foram aplicadas.

O controle aversivo, mesmo em uma sociedade culturalmente planejada pelo próprio Skinner, é uma ferramenta de engenharia comportamental importante, talvez até inevitável, como sugerem, por

exemplo, Horner (2002), Hunziker (2011), Perone (2003), Vollmer (2002). Segundo Perone (2003), “o controle aversivo é uma parte inerente do nosso mundo, um aspecto inevitável do controle comportamental, tanto em contingências naturais como em contingências manipuladas” (p. 1). Vollmer (2002) e Horner (2002) afirmam que a punição é um fator natural da vida e que simplesmente acontece, seja nas interações sociais ou pela própria ação da natureza, o controle aversivo está presente e faz parte do mundo físico e social. Tal sugestão ganha força quando mesmo no que deveria ser a sociedade “não punitiva” por excelência, concebida pelo principal defensor do reforçamento positivo como tecnologia comportamental, a presença do controle aversivo também foi inevitável.

Recentemente, Critchfield (2014), com base em alguns experimentos sobre comportamento social, especialmente sobre cooperação, sugere que os analistas comportamentais deveriam ser mais céticos sobre suas próprias crenças em relação aos efeitos da punição, olhando para os dados experimentais disponíveis em outras áreas e a partir disso pelo menos considerando em princípio que as contingências aversivas teriam em alguns arranjos um papel importante na regulação do comportamento ético (com a punição das respostas que violassem as regras sociais estabelecidas) e na própria coesão grupal. Diz o autor: “A punição, ao invés de ser um dos grandes males da sociedade (Sidman 2000; Skinner, 1971), pode, por vezes, funcionar como uma cola essencial que ajuda a manter a sociedade unida.” (p. 42).

Outro ponto importante estaria nos exercícios de autocontrole ensinados às crianças da comunidade. Observa-se que a utilização de eventos aversivos é feita por meio de um arranjo experimental ocorren-

do de modo gradual, mínimo, controlável e contingente. Tais condições são as mesmas estabelecidas por Skinner (1989) quando considera a possibilidade do uso de controle aversivo. Segundo Martins, Carvalho Neto e Mayer (2013), para Skinner o controle aversivo seria justificável diante de certas condições, como quando: a aplicação de estimulação aversiva é feita de forma moderada, mínima, de forma controlada e contingente. Em uma carta de Skinner publicada por Griffin, Paisley, Stark e Emerson (1988) tal justificativa para o uso de controle aversivo pode ser também identificada.

Em suma, diferentemente do que poderia se esperar, constatou-se o uso de controle aversivo em relações sociais e não sociais na sociedade planejada concebida por Skinner no livro *Walden Two* (Skinner, 1948/1975). Espera-se contribuir para relativizar a posição de Skinner sobre o uso ou não uso do controle aversivo e para colocar em discussão o que efetivamente sabemos sobre os efeitos das contingências aversivas e não aversivas na criação e manutenção de relações sociais. Defender o uso preferencial por reforçamento positivo não implica na exclusão de qualquer traço de aversividade. A complexidade das relações reais em sociedade imporia uma análise ampla na qual qualquer posição maniqueísta estaria condenada ao fracasso. Skinner parece ter reconhecido isso já em 1948.

REFERÊNCIAS

- Altus, D. E., & Morris, E. K. (2009). B. F. Skinner's utopian vision: Behind and beyond Walden Two. *The Behavior Analyst, 32*(2), 319-335.
- Andery, M. A. P. A. (2010). Métodos em pesquisa em análise do comportamento. *Psicologia USP, 21*(2), 313-342.
- Azrin, N. H., & Holz, W. C. (1975). Castigo. In W. K. Honig (Org.), *Conducta operante: Investigación y aplicaciones* (pp. 455-531) (F. López, E. Galindo & E. R. Iñesta, trads.). México: Trillas. (Trabalho original publicado em 1966).
- Balsam, P. D., & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis, 16*(3), 283-296.
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura* (M. T. A. Silva., M. A. Matos., G. Y. Tomanari & E. Z. Tourinho, trads.). Porto Alegre, RS: Artmed. (Trabalho original publicado em 1994).
- Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: Behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia, 6*(1), 13-18.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (4a Ed.). Porto Alegre, RS: Artmed. (D. G. Souza, trad.). (Trabalho original publicado em 1998).
- Cipani, E. (2004). *Punishment on trial: A resource guide to child discipline*. Reno, NV: Context Press.
- Critchfield, T. S. (2014). Skeptic's Corner: Punishment — Destructive force or valuable social "adhesive"? *Behavior Analysis Practice, 7*(1), 36-44.
- Crosbie, J. (1998). Negative reinforcement and punishment. In K. A. Lattal & M. Perone (Eds.), *Handbook of research methods in human operant behavior* (pp. 163-189). New York, NY: Plenum Press.
- Delprato, D. J. (1995). Beyond Murray Sidman's coercion and its fallout. *The Psychological Record, 45*(3), 339-347.
- Dinsmoor, J. A. (1992). Setting the record straight: The social views of B. F. Skinner. *American Psychologist, 47*(11), 1454-1463.
- Epstein, R. (1985). The positive side effects on reinforcement: A commentary on Balsam e Bondy (1983). *Journal of Applied Behavior Analysis, 18*(1), 73-78.

- Griffin, J. C., Paisey, T. J., Stark, M. T., & Emerson, J. H. (1988). B. F. Skinner's position on aversive treatment. *American Journal on Mental Retardation*, 93(1), 104-105.
- Guedes, M. L. (2011). Porque o controle aversivo não é uma possibilidade na clínica? *Acta Comportamental*, 19(4), 65-70.
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain? *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 42(3), 495-509.
- Horner, R. H. (2002). On the status of knowledge for using punishment a commentary. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35(4), 465-467.
- Hunziker, M. H. L. (2011). Afinal, o que é controle aversivo? *Acta Comportamental*, 19, 7-13.
- Jacovozzi, F. M. (2009). *Procedimentos aversivos: Divergências entre as recomendações de Skinner e de Sidman e de psicoterapeutas infantis* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Johnston, J. M. (1985). Controlling professional behavior: A review of the effects of punishment on human behavior by Axelrod and Apsche. *The Behavior Analyst*, 8(1), 111-119.
- Lerman, D. C., & Vorndran, C. M. (2002). On the status of knowledge for using punishment implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35(4), 431-464.
- Martins, T. E. M., Carvalho Neto, M. B., & Mayer, P. C. M. (2013). B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: Um estudo conceitual. *Revista Brasileira de Terapia Cognitivo Comportamental*, 15(2), 5-17.
- Maurer, A. (1974). Corporal punishment. *American Psychologist*, 29(2), 614-626.
- Mazzo, I. M. B. (2007). *Análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo na aprendizagem do comportamento eficaz* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Mazzo, I. M. B. & Gongora, M. A. N. (2007). Controle aversivo do comportamento: Das definições operacionais aos subprodutos indesejáveis e desejáveis. In W. C. M. P. Silva (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Reflexões teórico-conceituais e implicação para a pesquisa* (V. 20, pp. 42-62). Santo André, SP: Esetec.
- Mulick, J. A. (1990). The ideology and science of punishment in mental retardation. *American Journal of Mental Retardation*, 95(2), 142-156.
- Newman, B. (1993). Discriminating utopian from dystopian literature: Why is Walden Two considered a dystopia? *The Behavior Analyst*, 16(2), 167-175.
- Newsom, C., Favell, J. E., & Rincover, A. (1983). The side effects of punishment. In S. Axelrod & J. Apsche (Eds.), *The effects of punishment on human behavior* (pp. 285-316). New York, NY: Academic Press.
- Newsom, C., & Kroeger, K. A. (2005). Nonaversive treatment. In J. W. Jacobson, R. M. Foxx & J. A. Mulick (Eds.), *Controversial therapies for developmental disabilities: Fad, fashion, and science in professional practice* (pp. 405-422). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Nico, Y. C. (2001). *A contribuição de B. F. Skinner para o ensino do autocontrole como objetivo da educação* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Nye, R. D. (1992). *The legacy of B. F. Skinner: Concepts and perspectives, controversies and misunderstandings*. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole Publishing Company.
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 26 (1), 1-14.
- Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sérgio, Trans). São Paulo, SP: Livro Pleno. (Trabalho original publicado em 1989).
- Silva, W. C. M. P. (2003). O controle aversivo no contexto terapêutico: Implicações éticas. In M. Z. S. Brandão, F. C. S.

- Comte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. Silva & S. M. Olian (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: A história e os avanços, a seleção por consequências em ação* (V. 11, pp. 226- 230). Santo André, SP: ESETec.
- Skiba, R. J., & Deno, S. (1991). Terminology and behavior reduction: The case against punishment. *Exceptional Children*, 57(4), 298-316.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1972). *Tecnologia do ensino* (R. Azzi. Trad.). São Paulo, SP: Herder. (Trabalho original publicado em 1968).
- Skinner, B. F. (1975). *Walden two: Uma sociedade do futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, trads.). São Paulo, SP: Herder. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1980). *Contingências do reforço: Uma análise teórica* (R. Moreno, trad.) Coleção Os Pensadores. São Paulo, SP: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1969).
- Skinner, B. F. (1989). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, trads.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, OH: Merril.
- Skinner, B. F. (1990). The non-punitive society. *Japanese Journal of Behavior Analysis*, 5, 98-106.
- Skinner, B. F. (1991). *The behavior of organisms: An experimental analysis* (Rev. ed.). Acton, MA: Copley Publishing group. (Trabalho original publicado em 1938).
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em Psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(2), 30-41.
- Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(1), 37-40.
- Van Houten, R. (1983). Punishment from the animal laboratory to the applied setting. In S. Axelrod & J. Apsche (Eds.), *The effects of punishment on human behavior* (pp 13-44). New York, NY: Academic Press.
- Vollmer, T. R. (2002). Punishment happens: Some comments on Lerman and Vorndran's review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35(4), 469-473.

Recebido em 17/05/2016
Revisado em 02/09/2016
Aceito em 05/11/2016